

CAPÍTULO VIII A LINGUAGEM

1

A linguagem e o mito são parentes próximos. Nos primeiros estágios da cultura humana, sua relação é tão íntima e sua cooperação tão óbvia que é quase impossível separar um do outro. São dois brotos diferentes de uma única e mesma raiz. Sempre que encontramos o homem, vemo-lo em posse da faculdade da fala e sob a influência da função de fazer mitos. Logo, para uma antropologia filosófica, é tentador colocar essas duas características especificamente humanas sob um mesmo título. Tentativas nesse sentido foram feitas com frequência. F. Max Müller desenvolveu uma teoria curiosa, na qual o mito era explicado como um simples subproduto da linguagem. Ele considerava o mito como uma espécie de doença da mente humana, cujas causas devem ser procuradas na faculdade da fala. A linguagem, por sua própria natureza e essência, é metafórica. Incapaz de descrever as coisas diretamente, ela recorre a modos indiretos de descrição, a termos ambíguos e equívocos. É a esta ambigüidade inerente à linguagem que o mito, segundo Max Müller, deve a sua origem, e na qual sempre encontrou sua nutrição mental. "A questão da mitologia", diz Müller,

tornou-se de fato uma questão de psicologia, e, como a nossa mente torna-se objetiva para nós principalmente através da linguagem, tornou-se uma questão da Ciência da Linguagem. Isso explica por que... chamei [o mito] de Doença da Linguagem em vez de do Pensamento... A linguagem e o pensamento são inseparáveis, e... uma doença da linguagem é portanto a mesma coisa que uma doença do pensamento ... Representar o deus supremo cometendo todo tipo de crime, sendo enganado pelos homens, ficando irado com sua esposa e violento com seus filhos, é com certeza prova de uma doença, de uma condição incomum de pensamento, ou, para falar mais claramente, de verdadeira loucura... É um

caso de patologia mitológica...

A linguagem antiga é um instrumento difícil de manipular, em especial com propósitos religiosos. Na linguagem humana, é impossível abstrair idéias a não ser por metáforas, e não é exagero dizer que todo o dicionário da religião antiga é feito de metáforas ... Eis aqui uma fonte constante de mal-entendidos, muitos dos quais conservaram seu lugar na religião e na mitologia do mundo antigo¹.

Considerar, porém, uma atividade humana fundamental como uma mera monstruosidade, uma espécie de doença mental, dificilmente pode passar por uma interpretação adequada dessa atividade. Não precisamos de teorias estranhas e forçadas como essa para ver que para a mente primitiva o mito e a linguagem são, por assim dizer, irmãos gêmeos. Ambos baseiam-se em uma experiência muito geral e muito primitiva da humanidade, uma experiência de natureza antes social que física. Muito antes de aprender a falar, a criança já descobriu outros meios mais simples de se comunicar com as pessoas. Os gritos de desconforto, dor e fome, medo e susto que encontramos em todo o mundo orgânico começam a assumir uma nova forma. Deixam de ser reações instintivas simples, pois são empregados de maneira mais consciente e deliberada. Quando é deixada sozinha, a criança exige por sons mais ou menos articulados a presença da babá ou da mãe, e percebe que essas exigências surtem o efeito desejado. O homem primitivo transfere essa primeira experiência social elementar para a totalidade da natureza. Para ele, natureza e sociedade não estão apenas interligadas pelos mais fortes vínculos; formam um todo coerente e indistinguível. Nenhuma linha clara de demarcação separa os dois domínios. A própria natureza não passa de uma grande sociedade - a sociedade da vida. A partir desse ponto de vista, podemos entender facilmente o uso e a função específica da palavra mágica. A crença na magia está baseada em uma profunda convicção da solidariedade da vida². Para a mente primitiva o poder social da palavra, experimentado em inúmeras ocasiões,

torna-se uma força natural, e até sobrenatural. O homem primitivo sente-se rodeado por todo tipo de perigos visíveis e invisíveis. Não pode ter esperanças de superar esses perigos por meios meramente físicos. Para ele, o mundo não é uma coisa morta ou muda; ele pode ouvir e entender. Logo, se os poderes da natureza forem convocados da maneira correta, não poderão negar-se a ajudar. Nada resiste à palavra mágica, *carmina vel coelo possunt deducere lunam*.

Quando o homem começou a perceber que essa confiança era vã - que a natureza era inexorável não porque relutasse em atender às exigências dele, mas porque não entendia a linguagem que ele falava - a descoberta deve ter sido um choque. Nessa altura, ele teve de enfrentar um novo problema que marcou uma virada e uma crise em sua vida intelectual e moral. A partir desse momento, o homem deve ter descoberto em si mesmo uma profunda solidão, ficando sujeito a uma sensação de total abandono e de absoluta desesperança. Dificilmente ele teria superado isso se não tivesse desenvolvido uma nova força espiritual, que barrou o caminho da magia, mas ao mesmo tempo abriu outra estrada mais promissora. Toda esperança de subjugar a natureza mediante a palavra mágica fora frustrada. Mas, como resultado, o homem começou a ver a relação entre a linguagem e a realidade sob uma nova luz. A função mágica da palavra foi eclipsada e substituída por sua função semântica. A palavra deixa de ser dotada de poderes misteriosos, não tem mais uma influência física ou sobrenatural direta. Não pode mudar a natureza das coisas e não pode forçar a vontade dos deuses ou demônios. Nem por isso passa a não ter sentido ou poder. Não é simplesmente *flatus vocis*, um mero sopro de ar. Contudo, o aspecto decisivo não é o seu caráter físico, mas o lógico. Fisicamente a palavra pode ser declarada impotente, mas logicamente ela é elevada a uma posição mais alta, na verdade a mais alta de todas. O *Logos* torna-se o princípio do universo e o primeiro princípio

do conhecimento humano.

Essa transição ocorreu nos primórdios da filosofia grega. Heráclito pertence ainda àquela classe de pensadores gregos a que a *Metafísica* de Aristóteles se refere como os "antigos fisiologistas" (*αἱ ἀρχαῖοι φυσιόλογοι*). Todo o seu interesse concentra-se no mundo fenomenal. Ele não admite que acima do mundo fenomenal, o mundo do "devir", exista uma esfera superior, uma ordem ideal ou eterna de puro "ser". Mas não se contenta com o simples *fato* da mudança; ele busca o *princípio* da mudança. Segundo Heráclito, esse princípio não pode ser encontrado em uma coisa material. Não é no mundo material, mas no humano, que está a chave para uma interpretação correta da ordem cósmica. Neste mundo humano, a faculdade da fala ocupa um lugar central. Portanto, precisamos entender o que a fala significa para entendermos o "significado" do universo. Se deixarmos de encontrar essa abordagem - a abordagem pelo meio da linguagem em vez de pelos fenômenos físicos - não enxergaremos a porta para a filosofia. Até no pensamento de Heráclito a palavra, o *Logos*, não é um fenômeno meramente antropológico. Ela não está confinada aos estreitos limites de nosso mundo humano, pois possui a verdade cósmica universal. Mas em vez de ser um poder mágico a palavra é entendida em sua função semântica e simbólica. "Não dê ouvidos a mim", escreve Heráclito, "mas à Palavra, e confessa que todas as coisas são uma."

O pensamento grego primitivo passou assim de uma filosofia da natureza para uma filosofia da linguagem. Mas nesta ele deparou com novas e graves dificuldades. É possível que não haja problema mais desconcertante e controvertido que o do "significado do significado"³. Mesmo nos nossos dias, lingüistas, psicólogos e filósofos sustentam opiniões amplamente divergentes sobre esse assunto. A filosofia antiga não podia enfrentar diretamente esse intrincado problema em

todos os seus aspectos. Podia apenas dar uma solução tentativa. Essa solução baseava-se em um princípio que tinha aceitação geral no pensamento grego primitivo, e que parecia estar firmemente estabelecido. Todas as diferentes escolas - tanto os fisiologistas como os dialéticos - partiam do pressuposto de que sem uma identidade entre o sujeito que conhece e a realidade conhecida o fato do conhecimento seria inexplicável. O idealismo e o realismo, embora diferissem na aplicação desse princípio, concordavam no reconhecimento de sua verdade. Parmênides declarou que não podemos separar o ser do pensamento, pois são uma única e mesma coisa. Os filósofos da natureza entendiam e interpretavam essa identidade em um sentido estritamente material. Quando analisamos a natureza do homem encontramos a mesma combinação de elementos que ocorre por toda a parte no mundo físico. O fato de o microcosmo ser uma exata contrapartida do macrocosmo torna possível o conhecimento deste último. "Pois é com terra", diz Empédocles, "que vemos a Terra, e a Água com água; pelo ar vemos o Ar brilhante, pelo fogo o Fogo destruidor. Pelo amor é que vemos o Amor, e o Ódio pelo ódio atroz."⁴

Aceitando essa teoria geral, qual é o "significado do significado"? Antes de mais nada, o sentido deve ser explicado em termos de ser; pois o ser, ou substância, é a categoria mais universal que liga e une a verdade e a realidade. Uma palavra não poderia "significar" uma coisa se não houvesse pelo menos uma identidade parcial entre as duas. A ligação entre o símbolo e seu objeto deve ser natural, e não simplesmente convencional.

Sem essa ligação natural, uma palavra da linguagem humana não poderia cumprir sua tarefa; tornar-se-ia ininteligível. Se admitirmos esse pressuposto, que tem sua origem mais em uma teoria geral do conhecimento que em uma teoria da linguagem, estaremos imediatamente diante de uma doutrina

onomatopéica. Só essa doutrina parece capaz de lançar uma ponte entre os nomes e as coisas. Por outro lado, essa nossa ponte ameaça ruir em nossa primeira tentativa de usá-la. Para Platão, bastou desenvolver a tese onomatopéica em todas as suas conseqüências para poder refutá-la. No diálogo platônico *Kratylus*, Sócrates aceita a tese à sua maneira irônica. Mas essa aprovação pretende apenas destruí-la por seu próprio absurdo inerente. O relato que Platão faz da teoria de que toda a linguagem tem origem na imitação de sons termina em farsa e caricatura. Mesmo assim, a tese onomatopéica predominou por muitos séculos. Nem mesmo na literatura recente ela está totalmente obliterada, embora não apareça mais nas mesmas formas ingênuas que no *Kratylus* de Platão.

A objeção óbvia a essa tese é o fato de que, ao analisar as palavras da linguagem comum, ficamos na maior parte das vezes perdidos para descobrir a pretensa semelhança entre os sons e os objetos. No entanto, essa dificuldade pode ser removida assinalando-se que a linguagem humana, desde o início, tem sido sujeita à mudança e à deterioração. Logo, não podemos contentar-nos com ela em seu estado presente. Devemos levar nossos termos de volta à origem se quisermos descobrir o vínculo que os une a seus objetos. Das palavras derivadas devemos regressar às palavras primárias; devemos descobrir o étimo, a forma verdadeira e original, de cada termo. De acordo com esse princípio, a etimologia tornou-se não só o centro da lingüística, mas também um dos princípios básicos da filosofia da linguagem. E as primeiras etimologias usadas pelos gramáticos e filósofos gregos não sofriram de quaisquer escrúpulos teóricos ou históricos. Nenhuma etimologia baseada em princípios científicos apareceu antes da primeira metade do século XIX⁵. Até então, tudo era possível, e as explicações mais fantásticas e bizarras eram prontamente aceitas. Além das etimologias positivas, havia as famosas etimologias negativas do tipo

lucus a non lucendo. Enquanto esses esquemas mantiveram o domínio, a teoria de uma relação natural entre nomes e coisas pareceu ser filosoficamente justificável e defensável.

Mas havia outras considerações gerais que desde o início militavam contra essa teoria. Os sofistas gregos, de certo modo, eram discípulos de Heráclito. Em seu diálogo *Theaetetus*, Platão chegou a dizer que a teoria sofística do conhecimento não tinha qualquer direito a dizer-se original. Proclamou que era uma excrescência e um corolário da doutrina heraclitiana do "fluxo de todas as coisas". No entanto, havia uma diferença não-erradicável entre Heráclito e os sofistas. Para o primeiro a palavra, o Logos, era um princípio metafísico universal, dotado de veracidade geral, validade objetiva. Mas os sofistas não admitem mais a "palavra divina" que Heráclito afirmava ser a origem e o primeiro princípio de todas as coisas, da Ordem cósmica e moral. A antropologia, e não a metafísica, tem o papel principal na teoria da linguagem. O homem tornou-se o centro do universo. Segundo o dito de Pitágoras, "o homem é a medida de todas as coisas, das que são, do que são - e das que não são, do que não são". Procurar por qualquer explicação da linguagem no mundo das coisas físicas é, portanto, vão e inútil. Os sofistas haviam encontrado uma abordagem nova e muito mais simples para a fala humana. Foram os primeiros a tratar dos problemas lingüísticos e gramaticais de modo sistemático. Contudo, não estavam preocupados com esses problemas em um sentido apenas teórico. Uma teoria da linguagem tem outras tarefas mais urgentes a cumprir. Precisa ensinar-nos a falar e a agir em nosso mundo social e político real. Na vida ateniense do século V, a linguagem tornara-se um instrumento com propósitos definidos, concretos e práticos. Era a mais poderosa arma nas grandes lutas políticas. Ninguém podia ter esperanças de desempenhar um papel importante sem esse instrumento. Era de vital

importância usá-lo da maneira correta, aprimorá-lo e afiá-lo. Para tal fim, os sofistas criaram um novo rumo de conhecimento. A retórica, e não a gramática ou a etimologia, tornou-se a principal preocupação deles. Em sua definição de sabedoria (*sophia*), a retórica ocupa uma posição central. Todas as disputas sobre a "verdade" e a "correção" (*ὀρθότης*) dos termos e nomes tornaram-se fúteis e supérfluas. Os nomes não servem para expressar a natureza das coisas. Não têm quaisquer correlatos objetivos. Sua verdadeira tarefa não é descrever as coisas, mas despertar emoções humanas; não transmitir meras idéias ou pensamentos, mas incitar os homens a certas ações.

Vimos até aqui três aspectos da função e do valor da linguagem: o mitológico, o metafísico e o pragmático. Mas todas essas explicações parecem de certo modo errar o alvo, pois deixam de notar uma das características mais evidentes da linguagem. As expressões humanas mais elementares não se referem a coisas físicas, nem são sinais meramente arbitrários. A alternativa entre *φύσει ὄν* e *θέσει ὄν* não se aplica a elas. São "naturais", e não "artificiais"; mas não têm qualquer relação com a natureza dos objetos externos. Não dependem da simples convenção, do costume ou do hábito; têm raízes muito mais profundas. São uma expressão involuntária de sentimentos, interjeições e exclamações humanas. Não foi por acaso que essa teoria interjecional foi introduzida por um cientista natural, o maior cientista dentre os pensadores gregos. Demócrito foi o primeiro a propor que a fala humana tem origem em certos sons de caráter meramente emocional. Mais tarde, a mesma posição foi defendida por Epicuro e Lucrecio, baseados na autoridade de Demócrito. Ela exerceu uma influência permanente sobre a teoria da linguagem. Ainda no século XVIII ela aparece quase na mesma forma em pensadores como Vico e Rousseau. Do ponto de vista científico, é fácil entender as grandes vantagens dessa tese

interjecional. Nela, aparentemente, não precisamos mais apoiar-nos apenas na especulação. Revelamos alguns fatos verificáveis, e estes não estão restritos à esfera humana. A fala humana pode ser reduzida a um instinto fundamental implantado pela natureza em todas as criaturas vivas. Exclamações violentas - de medo, raiva, dor ou alegria - não são uma propriedade específica do homem. Encontramo-las por toda a parte no mundo animal. Nada mais plausível que atribuir o fato social da linguagem a essa causa biológica geral. Se aceitamos a tese de Demócrito e seus pupilos e seguidores, a semântica deixa de ser uma província separada; torna-se um ramo da biologia e da fisiologia.

No entanto, a teoria interjecional só pôde chegar à maturidade depois que a própria biologia encontrou uma base científica. Não bastava ligar a fala humana a certos fatos biológicos. Essa ligação tinha de ser baseada em um princípio universal, princípio proporcionado pela teoria da evolução. Quando o livro de Darwin apareceu, foi saudado com o maior entusiasmo não só pelos cientistas e filósofos, mas também pelos lingüistas. August Schleicher, cujos primeiros escritos mostram-no como um adepto e pupilo de Hegel, tornou-se um convertido de Darwin⁶. O próprio Darwin havia tratado o seu tema estritamente do ponto de vista de um naturalista. Mas o seu método geral era facilmente aplicável a fenômenos lingüísticos, e até mesmo nesse campo pareceu ter aberto um caminho inexplorado. Em *The Expression of Emotions in Man and Animals*, Darwin mostrou que os sons ou atos expressivos são ditados por certas necessidades biológicas e usados segundo regras biológicas definidas. Abordado desta perspectiva, o enigma da origem da linguagem podia ser tratado de modo estritamente empírico e científico. A linguagem humana deixou de ser um "estado dentro do estado" e tornou-se, a partir desse momento, um talento natural geral.

Ainda havia, porém, uma dificuldade fundamental. Os criadores das teorias biológicas sobre a origem da linguagem deixaram de ver o bosque por causa das árvores. Partiram do pressuposto de que um caminho direto liga a interjeição à fala. Mas isso é evadir a questão, e não solucioná-la. Não era apenas o fato, mas toda a estrutura da linguagem, que precisava de uma explicação. Uma análise dessa estrutura revela uma diferença radical entre a linguagem emocional e a proposicional. Os dois tipos não estão no mesmo nível. Mesmo que fosse possível ligá-los geneticamente, a passagem de um tipo para o oposto nunca deixaria de ser logicamente uma *metabasis eis allo genos*, uma transição de um gênero para outro. Tanto quanto eu saiba, nenhuma teoria biológica conseguiu jamais apagar essa distinção lógica e estrutural. Não temos absolutamente nenhuma prova psicológica de que algum animal atravessou jamais a fronteira entre a linguagem proposicional e a emocional. A chamada "linguagem animal" nunca deixa de ser inteiramente subjetiva; ela expressa vários estados de sentimento, mas não designa, nem descreve, objetos⁷. Por outro lado, não há qualquer prova histórica de que o homem, mesmo nos estágios mais primitivos de sua cultura, tenha jamais estado reduzido a uma linguagem puramente emocional ou à linguagem dos gestos. Se quisermos seguir um método empírico estrito, deveremos excluir todo pressuposto desse tipo como, se não totalmente improvável, pelo menos duvidoso e hipotético.

Na verdade, um exame mais cuidadoso dessas teorias leva-nos sempre a um ponto em que o próprio princípio em que se baseiam torna-se questionável. Após avançar alguns passos nesse argumento, os defensores dessas teorias são forçados a admitir e a sublinhar as mesmas diferenças que à primeira vista pareciam negar ou, pelo menos, minimizar. Para ilustrar esse fato, escolherei dois exemplos concretos, o primeiro da lingüística e o segundo da literatura psicológica e filosófica.

Otto Jespersen foi talvez o último lingüista moderno a conservar um forte interesse pelo velho problema da origem da linguagem. Ele não negava que todas as soluções anteriores do problema haviam sido muito inadequadas; com efeito, estava convencido de ter descoberto um novo método, que prometia mais êxitos. "O método que recomendo", declara Jespersen,

e que sou o primeiro a empregar coerentemente, é remontar nossas línguas modernas tão para trás no tempo quanto nos permitam a história e nossos materiais ... Se por esse processo chegarmos finalmente à pronúncia de sons de uma tal natureza que não mais possam ser chamados de linguagem verdadeira, mas de algo anterior à linguagem - ora, então o problema terá sido resolvido; pois a transformação é uma coisa que podemos entender, ao passo que uma criação baseada no nada nunca pode ser compreendida pelo entendimento humano.

Segundo essa teoria, tal transformação teve lugar quando as expressões humanas, que a princípio não passavam de gritos emocionais ou talvez frases musicais, foram usadas como nomes. O que fora originariamente um amontoado de sons sem sentido tornou-se assim, repentinamente, um instrumento de pensamento. Por exemplo, uma combinação de sons, cantada segundo uma certa melodia e empregada como canto de triunfo sobre um inimigo derrotado e morto, podia ser transformada em um nome próprio para aquele acontecimento peculiar ou até para o homem que matou o inimigo. E o desenvolvimento podia então prosseguir, mediante uma transferência metafórica da expressão, para situações semelhantes⁸. No entanto, é precisamente essa "transferência metafórica" que contém todo o nosso problema resumido. Tal transferência significa que os sons pronunciados, até então meros gritos, descargas involuntárias de emoções fortes, estavam cumprindo uma tarefa inteiramente nova. Estavam sendo usados como símbolos para transmitir um sentido preciso. O próprio Jespersen cita uma observação de Benfey segundo a qual entre a interjeição e a palavra

há um abismo largo o bastante para que possamos dizer que a interjeição é a negação da linguagem; pois as interjeições só são empregadas quando não se pode ou não se quer falar. Segundo Jespersen, a linguagem surgiu quando "a comunicatividade assumiu a precedência sobre a exclamatividade". É precisamente este passo, todavia, que a teoria não explica, mas pressupõe.

A mesma crítica vale para a tese desenvolvida no livro de Grace de Laguna, *Speech. Its Function and Development*. Nele encontramos um enunciado muito mais detalhado e elaborado do problema. Os conceitos um tanto fantásticos que encontramos às vezes no livro de Jespersen são eliminados. A transição do grito para a fala é descrita como um processo de objetivação gradual. As qualidades afetivas primitivas ligadas à situação como um todo foram diversificadas e ao mesmo tempo diferenciadas dos aspectos percebidos da situação. "...surgem *objetos*, que são conhecidos em vez de sentidos... Ao mesmo tempo, essa condicionalidade ampliada assume uma forma sistemática ... Finalmente, ... a ordem objetiva da realidade aparece e o mundo torna-se verdadeiramente conhecido."⁹ Estas objetivação e sistematização consistem, com efeito, na tarefa principal e mais importante da linguagem humana. Mas não consigo ver de que modo uma teoria meramente interjeccional pode explicar esse passo decisivo. E na explicação da Professora de Laguna a separação entre as interjeições e os nomes não foi transposta; ao contrário, destaca-se com ainda mais nitidez. É um fato notável que esses autores que, de maneira geral, têm estado inclinados a crer que a fala desenvolveu-se a partir de um estado de simples interjeições tenham sido levados à conclusão de que, afinal de contas, a diferença entre os nomes e as interjeições é muito maior e muito mais evidente que sua suposta identidade. Gardiner, por exemplo, parte da afirmação de que entre a linguagem animal e a humana há uma "homogeneidade essencial".

Mas ao desenvolver a sua teoria ele tem de admitir que entre as expressões animais e a fala humana há uma diferença tão vital que chega quase a encobrir a homogeneidade essencial¹⁰. Na verdade, a aparente semelhança é apenas uma ligação material que não exclui, mas, ao contrário, acentua a heterogeneidade formal, funcional.

2

A questão da origem da linguagem exerceu em todas as épocas um estranho fascínio sobre a mente humana. Desde o primeiro vislumbre de intelecto o homem começou a intrigar-se com esse assunto. Em muitos relatos míticos ficamos sabendo que o homem aprendeu a falar com Deus em pessoa, ou com a ajuda de um professor divino. Tal interesse pela origem da linguagem será facilmente compreensível se aceitarmos as premissas básicas do pensamento mítico. O mito não conhece outro modo de explicação além de remontar ao passado remoto e derivar o estado presente do mundo físico e humano desse estágio primevo das coisas. No entanto, é surpreendente e paradoxal encontrar essa mesma tendência ainda predominante no pensamento filosófico. Embora estivesse presente por muitos séculos, a questão sistemática foi obscurecida pela genética. Considerava-se como uma conclusão inevitável que, uma vez resolvida a questão genética, todos os outros problemas seriam prontamente solucionados. A teoria do conhecimento ensinou-nos que devemos sempre traçar uma linha clara de demarcação entre os problemas genéticos e os sistemáticos. A confusão entre esses dois tipos é enganadora e perigosa. Como é que essa máxima metodológica, que em outros ramos de conhecimento parecia estar firmemente estabelecida, foi esquecida no tratamento de problemas lingüísticos? É claro que seria do maior interesse e da maior importância estar em

posse de todas as provas históricas relativas à linguagem - ser capaz de responder à questão sobre a derivação das línguas da terra de um tronco comum, ou de raízes diferentes e independentes, e ser capaz de acompanhar passo a passo o desenvolvimento dos idiomas e tipos lingüísticos individuais. Mas nem isso bastaria para resolver os problemas fundamentais de uma filosofia da linguagem. Em filosofia, não podemos contentar-nos com o simples fluxo das coisas e com a cronologia dos acontecimentos. Nela devemos, de certo modo, aceitar sempre a definição platônica segundo a qual o conhecimento filosófico é um conhecimento do "ser", e não do simples "devir". É Claro que a linguagem não tem qualquer ser fora e além do tempo; ela não pertence ao domínio das idéias eternas. A mudança - fonética, analógica, semântica - é um elemento essencial da linguagem. Não obstante, o estudo de todos esses fenômenos não é o bastante para fazer-nos entender a função geral da linguagem. Dependemos de dados históricos para a análise de cada forma simbólica. A pergunta sobre o que "são" o mito, a religião, a arte e a linguagem não pode ser respondida de maneira puramente abstrata, por uma definição lógica. Por outro lado, ao estudar a religião, a arte e a linguagem, deparamos sempre com problemas estruturais gerais que pertencem a um tipo especial de conhecimento. Esses problemas devem ser tratados separadamente; não é possível lidar com eles, nem solucioná-los, por meio de investigações meramente históricas.

No século XIX, ainda era uma opinião corrente e de aceitação geral que a história é a única chave para um estudo científico da fala humana. Todas as grandes realizações da lingüística vieram de estudiosos cujo interesse histórico era a tal ponto predominante que impossibilitava qualquer outra tendência de pensamento. Jakob Grimm estabeleceu as primeiras fundações para uma gramática comparativa das línguas germânicas. A gramática comparativa das línguas indo-

européias foi iniciada por Bopp e Pott, e aperfeiçoada por A. Schleicher, Karl Brugmann e B. Delbrück. O primeiro a levantar a questão dos princípios da história lingüística foi Hermann Paul. Ele tinha plena consciência do fato de que sozinha a pesquisa histórica não podia solucionar todos os problemas da fala humana. Insistia que o conhecimento histórico tem sempre necessidade de um complemento sistemático. A cada ramo do conhecimento histórico, declarou ele, corresponde uma ciência que trata das condições gerais sob as quais os objetos históricos evoluem e que estuda os fatores que permanecem invariáveis em todas as mudanças dos fenômenos humanos!¹¹. O século XIX não foi só histórico, mas também psicológico. Portanto, era bastante natural presumir, parecia até evidente, que os princípios da história lingüística deveriam ser procurados no campo da psicologia. Estas foram as duas pedras fundamentais dos estudos lingüísticos. "Paul e a maioria de seus contemporâneos", diz Leonard Bloomfield,

tratavam apenas das línguas indo-européias e, com o menosprezo que tinham pelos problemas descritivos, recusavam-se a trabalhar com línguas cuja história fosse desconhecida. Essa limitação afastou-os do conhecimento de tipos estrangeiros de estrutura gramatical, que teria aberto os olhos deles para o fato de que até os aspectos fundamentais da gramática indo-européia... não são de modo algum universais na fala humana ... Paralelamente à grande corrente de pesquisa histórica havia, contudo, uma corrente pequena, mas cada vez mais acelerada, de estudos lingüísticos gerais... Alguns estudiosos viam com clareza cada vez maior a relação natural entre os estudos descritivos e os históricos... A fusão dessas duas correntes de estudo, a histórico-comparativa e a filosófico-descritiva, esclareceu alguns princípios que não eram aparentes para os grandes indo-europeístas do século XIX... Todo estudo histórico da linguagem baseia-se na comparação de dois ou mais conjuntos de dados descritivos. Só pode ser tão preciso e tão completo quanto lhe permitam esses dados. Para descrever uma língua, não é preciso absolutamente nenhum conhecimento histórico; na verdade, o observador que permita que tal conhecimento afete sua descrição está fadado a distorcer seus dados. Nossas

descrições não deverão ter preconceitos, se quisermos que sejam uma base sólida para o trabalho comparativo¹².

Esse princípio metodológico havia encontrado a sua primeira expressão, talvez clássica, na obra de um grande lingüista e grande pensador filosófico. Wilhelm von Humboldt deu o primeiro passo no sentido de classificar as línguas do mundo e reduzi-las a certos tipos fundamentais. Para esta finalidade, não podia empregar métodos exclusivamente históricos. As línguas que ele estudou já não foram apenas as do tipo indo-europeu. Seu interesse era verdadeiramente abrangente, e incluía todo o campo dos fenômenos lingüísticos. Ele fez a primeira descrição analítica das línguas americanas nativas, utilizando a abundância de material que seu irmão, Alexander von Humboldt, trouxera de suas viagens exploratórias pelo continente americano. No segundo volume da sua grande obra sobre as variedades da fala humana¹³, W. von Humboldt escreveu a primeira gramática comparativa das línguas austronésias, o indonésio e o melanésio. No entanto, não existiam quaisquer dados históricos para essa gramática, sendo a história dessas línguas totalmente desconhecida. Humboldt teve de abordar o problema a partir de um ponto de vista inteiramente novo, e abrir seu próprio caminho.

Mesmo assim, seus métodos eram estritamente empíricos; baseavam-se em observações, não em especulações. Mas Humboldt não se contentava com a descrição de fatos particulares. Extraía imediatamente desses fatos inferências gerais de muito longo alcance. É impossível, afirmava ele, obter uma verdadeira compreensão do caráter e da função da fala humana enquanto virmos nela apenas uma coleção de "palavras". A verdadeira diferença entre as línguas não é de sons ou sinais, mas de "perspectivas de mundo" (*Weltansichten*). Uma língua não é um simples agregado mecânico de termos. Dividi-la em palavras ou termos equivale a desorganizá-la e desintegrá-la. Tal concepção é nociva,

se não destrutiva, para qualquer estudo dos fenômenos lingüísticos. As palavras e regras que segundo as nossas noções comuns formam uma língua, afirmava Humboldt, existem realmente apenas no ato da fala conexa. Tratá-las como entidades separadas "não passa de um produto morto de nossa desastrada análise científica". A linguagem deve ser vista como uma *energeia*, e não como um *ergon*. Não é uma coisa pronta, mas um processo contínuo; é o esforço reiterado da mente humana no sentido de usar sons para expressar pensamentos¹⁴.

A obra de Humboldt significou mais que um avanço notável do pensamento lingüístico. Marcou também uma nova época na história da filosofia da linguagem. Humboldt não era nem um estudioso que se concentrava sobre fenômenos lingüísticos particulares, nem um metafísico como Schelling ou Hegel. Seguia o método "crítico" de Kant, sem se dar a especulações sobre a essência ou a origem da linguagem. Este último problema não é sequer mencionado em suas obras. O que estava em primeiro plano em seus livros eram os problemas estruturais da linguagem. Hoje, a maioria admite que tais problemas não podem ser solucionados por métodos meramente históricos. Estudiosos de diversas escolas e que trabalham em áreas diferentes são unânimes em sublinhar o fato de que a lingüística descritiva nunca poderá ser tornada supérflua pela lingüística histórica, pois esta deve sempre basear-se na descrição dos estágios do desenvolvimento da linguagem que nos sejam diretamente acessíveis¹⁵. Do ponto de vista da história geral das idéias, é um fato muito interessante e notável que a lingüística, com relação a isso, tenha passado pelas mesmas mudanças que vemos em outros ramos do conhecimento. O positivismo anterior foi suplantado por um novo princípio, ao qual podemos chamar de estruturalismo. A física clássica estava convencida de que, para descobrir as leis gerais do movimento; devemos sempre começar pelo estudo dos movimentos de "pontos materiais". A *Mécanique analytique*,

de Lagrange, baseava-se nesse princípio. Posteriormente, as leis do campo eletromagnético, tal como foram descobertas por Faraday e Maxwell, tenderam para a direção oposta. Ficou claro que o campo eletromagnético não podia ser dividido em pontos individuais. Um elétron não era mais visto como uma entidade independente com existência própria; era definido como um ponto-limite no campo como um todo. Surgiu assim um novo tipo de "física de campo", que em muitos aspectos divergia da concepção anterior da mecânica clássica. Na biologia encontramos um desenvolvimento análogo. As novas teorias holísticas, que se tornaram predominantes desde o princípio do século XX, voltaram para a velha definição aristotélica do organismo. Insistiram que, no mundo orgânico, "o todo é anterior às partes". Essas teorias não negam os fatos da evolução, mas não podem mais interpretá-los no mesmo sentido que o faziam Darwin e os darwinianos¹⁶. Quanto à psicologia, com poucas exceções, havia seguido a trilha de Hume ao longo de todo o século XIX. O único método para explicar um fenômeno psíquico era reduzi-lo a seus elementos primários. Todos os fatos complexos eram considerados como uma acumulação, um agregado de dados sensoriais simples. A moderna psicologia gestaltiana atacou e destruiu essa concepção: abriu assim o caminho para um novo tipo de psicologia estrutural.

Se a lingüística adota hoje o mesmo método e concentra-se cada vez mais nos problemas estruturais, isso não quer dizer, é claro, que as posições anteriores perderam alguma coisa em importância e interesse. Contudo, em vez de avançar em linha reta, em vez de preocupar-se unicamente com a ordem cronológica dos fenômenos da fala, a pesquisa lingüística está traçando uma linha elíptica com dois pontos focais diferentes. Alguns estudiosos chegaram a dizer que a combinação das visões descritiva e histórica, que constituiu a marca distintiva da lingüística durante todo o século XIX, foi um

erro do ponto de vista metodológico. Ferdinand de Saussure declarou em suas conferências que seria preciso renunciar por inteiro à idéia de uma "gramática histórica". Esta, segundo ele, era um conceito híbrido. Contém dois elementos díspares que não podem ser reduzidos a um denominador comum e fundidos em um todo orgânico. Segundo Saussure, o estudo da fala humana não é tema de *uma* ciência, mas de duas. Em um estudo desses precisamos sempre distinguir entre dois eixos diferentes, o "eixo da simultaneidade" e o "eixo da sucessão". A gramática, por sua essência e natureza, pertence ao primeiro tipo. Saussure traçou uma linha nítida entre *la Zangue e la parole*. A língua (*la langue*) é universal, ao passo que o processo da fala (*la parole*), como processo temporal, é individual. Todo indivíduo tem sua própria maneira de falar. Mas em uma análise científica da linguagem não nos preocupamos com essas diferenças individuais; estamos estudando um fato social que segue regras gerais - regras totalmente independentes do indivíduo que fala. Sem essas regras, a linguagem não poderia cumprir a sua tarefa principal; não poderia ser empregada como meio de comunicação entre todos os membros da comunidade falante. A lingüística "sincrônica" trata das relações estruturais constantes; a lingüística "diacrônica" lida com os fenômenos que variam e se desenvolvem no tempo¹⁷. A unidade estrutural fundamental da linguagem pode ser estudada e posta à prova em dois modos. Essa unidade aparece tanto no lado material como no formal, manifestando-se não só no sistema de formas gramaticais, mas também no sistema sonoro. O caráter da linguagem depende de ambos os fatores. Mas os problemas estruturais da fonologia foram uma descoberta muito posterior aos da sintaxe e da morfologia. Qua haja ordem e coerência nas formas da fala é óbvio e indubitável. A classificação dessas formas e sua redução a regras definidas tornou-se uma das primeiras tarefas de uma gramática científica. Desde o início, os métodos para esse estudo foram

levados a um alto grau de perfeição. Os lingüistas modernos ainda aludem à gramática do sânscrito de Panini, que data de alguma época entre 350 e 250 a. C., como um dos maiores monumentos à inteligência humana. Insistem que nenhuma outra língua foi até hoje descrita com tal perfeição. Os gramáticos gregos fizeram uma análise cuidadosa das partes da fala que encontraram na língua grega, e interessaram-se por todo tipo de questões sintáticas e estilísticas. O aspecto material do problema, porém, era desconhecido, e sua importância só foi reconhecida no início do século XIX. Encontramos então as primeiras tentativas de lidar com os problemas mostrou que as palavras das línguas germânicas guardam uma relação formal regular, em questões de sons, com as palavras de outras línguas indo-européias. Em sua gramática do alemão, Jakob Grimm fez uma exposição sistemática das correspondências consonantais entre as línguas germânicas e outras línguas indo-européias. Essas primeiras observações tornaram-se a base da lingüística e da gramática comparativa modernas. Foram entendidas e interpretadas, porém, num sentido meramente histórico. Foi de um amor romântico pelo passado que Jakob Grimm recebeu sua primeira e mais profunda inspiração. O mesmo espírito romântico levou Friedrich Schlegel à descoberta da língua e da sabedoria da Índia¹⁸. Na segunda metade do século XIX, porém, o interesse pelos estudos lingüísticos era ditado por outros impulsos intelectuais, e uma interpretação materialista começou a predominar. A grande ambição dos chamados "Neogramáticos" era provar que os métodos da lingüística estavam no mesmo nível que os das ciências naturais. Para ser considerada como uma ciência exata, a lingüística não poderia contentar-se com vagas regras empíricas para a descrição de ocorrências históricas particulares. Teria de descobrir leis que, em sua forma lógica, fossem comparáveis às leis gerais da natureza. Os fenômenos da mudança fonética deram a impressão de

provar a existência dessas leis. Os Neogramáticos negavam que existisse uma mudança esporádica de sons. Segundo eles, toda mudança fonética segue regras invioláveis. Logo, a tarefa da lingüística é remontar todos os fenômenos da fala humana a essa camada fundamental: as leis fonéticas que são necessárias e não admitem exceções¹⁹.

O estruturalismo moderno, tal como foi desenvolvido nas obras de Trubetzkoy e nos *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*, abordou o problema de um ponto de vista totalmente novo. Não perdeu as esperanças de encontrar uma "necessidade" nos fenômenos da fala humana, mas, ao contrário, enfatizou essa necessidade. Para o estruturalismo, porém, o próprio conceito de necessidade precisava ser redefinido, e entendido em um sentido mais teleológico que meramente causal. A linguagem não é um simples agregado de sons e palavras; é um sistema. Por outro lado, sua ordem sistemática não pode ser descrita em termos de causalidade física ou histórica. Cada idioma tem sua estrutura própria, tanto no sentido formal como no material. Quando examinamos os fonemas de línguas diferentes, encontramos tipos divergentes que não podem ser incluídos em um esquema uniforme e rígido. Cada língua apresenta suas próprias características particulares na escolha desses fonemas. Mesmo assim, pode-se demonstrar uma conexão estrita entre os fonemas de uma língua específica. Essa conexão é relativa, e não absoluta; é hipotética, não apodíctica. Não podemos deduzi-la *a priori* com base em regras lógicas gerais; temos de basear-nos nos dados empíricos à nossa disposição. Contudo, mesmo esses dados apresentam uma coerência interna. Depois de encontrarmos alguns dados fundamentais, estamos em condições de derivar deles outros dados que estão invariavelmente ligados a eles. "Il faudrait étudier", escreve V. Brøndal ao formular o programa de seu novo estruturalismo, "les conditions de la structure linguistique,

distinguer dans les systèmes phonologiques et morphologiques ce qui est possible de ce qui est impossible, le contingent du nécessaire²⁰.

Se aceitarmos essa visão, até a base material da fala humana, até os próprios fenômenos sonoros deverão ser estudados de uma nova maneira e sob um aspecto diferente. Com efeito, não podemos mais admitir que haja uma base meramente material. A distinção entre forma e matéria revela-se artificial e inadequada. A fala é uma unidade indissolúvel que não pode ser dividida em dois fatores independentes e isolados, forma e matéria. É precisamente nesse princípio que está a diferença entre a nova fonologia e os tipos anteriores de fonética. Na fonologia, o que estudamos não são os sons físicos, mas os significantes. A lingüística não se interessa pela natureza dos sons, e sim por sua função semântica. As escolas positivistas do século XIX estavam convencidas de que a fonética e a semântica exigiam estudos separados, segundo métodos diferentes. Os sons da fala eram considerados simples fenômenos físicos que podiam ser descritos, na verdade tinham de ser descritos, em termos de física ou de fisiologia. Do ponto de vista metodológico geral dos Neogramáticos, tal concepção era não só compreensível, mas também necessária. Pois sua tese fundamental - a tese de que as leis fonéticas não admitem exceções - baseava-se no pressuposto de que a mudança fonética independe de fatores não fonéticos. Pensava-se que, visto que a mudança sonora não passa de uma mudança nos hábitos da articulação, ela devia afetar um fonema em todas as ocorrências, não importando a natureza de qualquer forma lingüística particular em que tal fonema ocorresse. Esse dualismo desapareceu da lingüística recente. A fonética deixou de ser um campo separado, tornando-se parte e parcela da própria semântica. Pois o fonema não é uma unidade física, mas uma unidade de significado. Foi definido como uma "unidade mínima de aspecto sonoro distintivo". Entre as grandes linhas características de qualquer expressão

vocal há certos traços que são significantes, pois são usados para expressar diferenças de sentido, enquanto os outros são não-distintivos. Toda língua tem seu sistema de fonemas, de sons distintivos. No chinês, a mudança na altura de um som é um dos meios mais importantes de expressar o sentido das palavras, enquanto em outras línguas essa mudança não tem significação²¹. De uma multidão indistinta de sons físicos possíveis, cada língua escolhe um número limitado de sons para seus fonemas. Mas a escolha não é feita ao acaso, pois os fonemas formam um todo coerente. Podem ser reduzidos a tipos gerais, a certos padrões fonéticos²². Esses padrões fonéticos parecem estar entre os aspectos mais persistentes e característicos da língua. Sapir enfatiza que cada língua tem uma forte tendência a manter intacto o seu padrão fonético:

Atribuiremos as principais concordâncias e divergências na forma lingüística - padrão fonético e morfologia - ao impulso autônomo da língua, e não aos aspectos singulares e difusos que se acumulam ora aqui, ora ali. A linguagem é provavelmente o mais autocontido, o mais poderosamente resistente, de todos os fenômenos sociais. É mais fácil liquidá-la que desintegrar sua forma individual²³.

Todavia, é muito difícil responder à pergunta sobre o que de fato quer dizer essa "forma individual" da linguagem. Quando estamos diante dessa questão, somos sempre presas de um dilema. Temos dois extremos a evitar, duas soluções radicais, ambas de certo modo inadequadas. Se a tese de que cada língua tem sua forma individual implicasse que é inútil procurar por aspectos comuns na fala humana, teríamos de admitir que a simples idéia de uma filosofia da linguagem é um castelo nas nuvens. Do ponto de vista empírico, contudo, o que está sujeito a objeções não é tanto a existência quanto o enunciado claro desses aspectos comuns. Na filosofia grega, o próprio termo "Logos" sempre sugeriu e apoiou a idéia de uma identidade fundamental entre o ato da fala e o ato do pensamento. A gramática

e a lógica eram concebidas como dois ramos diferentes do conhecimento que tratavam do mesmo tema. Até os lógicos modernos, cujos sistemas estão muito distantes da lógica aristotélica clássica, são ainda da mesma opinião. John Stuart Mill, o fundador da "lógica indutiva", afirmava que a gramática era a parte mais elementar da lógica, por ser o início da análise do processo de pensamento. Segundo Mill, os princípios e as regras da gramática são os meios para fazer com que as formas da linguagem correspondam às formas universais de pensamento. Mas Mill não se contentou com essa afirmação. Chegou até a presumir que um sistema particular de partes da fala - sistema que fora deduzido das gramáticas latina e grega - tinha uma validade geral e objetiva. Acreditava que a distinção entre as várias partes da fala, entre os casos dos substantivos, os modos e tempos verbais e a função dos participios, eram distinções de pensamento, e não só das palavras. "A estrutura de cada sentença", declara, "é uma lição de lógica."²⁴ O avanço das pesquisas lingüísticas foi tornando essa posição cada vez mais insustentável, pois passou a ser geralmente reconhecido que o sistema de partes da fala não tem um caráter fixo e uniforme, mas varia de uma língua para outra. Além disso, foi observado que mesmo as línguas derivadas do latim têm muitos aspectos que não podem ser expressados adequadamente nos termos e categorias comuns da gramática latina. Os estudiosos do francês sublinharam muitas vezes o fato de que a gramática francesa teria assumido uma forma bem diferente caso não houvesse sido escrita por discípulos de Aristóteles. Afirmaram que a aplicação das distinções da gramática latina ao inglês e ao francês resultara em muitos erros graves e revelara-se um sério obstáculo a uma descrição sem preconceitos dos fenômenos lingüísticos²⁵. Muitas distinções gramaticais que julgamos fundamentais e necessárias perdem seu valor, ou pelo menos ficam muito incertas, assim que examinamos as línguas que não pertencem à

família indo-européia. A existência de um sistema distinto e único de partes da fala, visto como um constituinte necessário da fala e do pensamento racionais, acabou revelando-se como uma ilusão²⁶.

Nada disso prova necessariamente que devemos abandonar o velho conceito de *uma grammairie générale et raisonnée*, uma gramática geral baseada em princípios racionais. Mas devemos redefinir esse conceito e formulá-lo em um sentido novo. Estender todas as línguas sobre o leito procústeo de um único sistema de partes da fala seria uma vã tentativa. Muitos lingüistas modernos chegaram até a prevenir-nos contra o próprio termo "gramática geral", por julgarem que este representa mais um ídolo que um ideal científico²⁷. Uma atitude tão intransigentemente radical como esta não foi, contudo, compartilhada por todos os estudiosos da área. Esforços sérios foram feitos no sentido de manter e defender a concepção de uma gramática filosófica. Otto Jespersen escreveu um livro especialmente dedicado à gramática filosófica em que tentou provar que paralelamente, além ou por trás das categorias sintáticas de que depende a estrutura de cada língua tal como de fato se encontra, há algumas categorias que são independentes dos fatos mais ou menos acidentais das línguas existentes. Tais categorias são universais no sentido de que são aplicáveis a todas as línguas. Jespersen propôs que fossem chamadas de categorias "nocionais", e considerou como tarefa do gramático investigar, em cada caso, a relação entre as categorias nocionais e as sintáticas. A mesma opinião foi expressada por outros estudiosos, como, por exemplo, Hjelmstev e Bröndal²⁸. Segundo Sapir, toda língua contém certas categorias necessárias e indispensáveis, ao lado de outras que são de um caráter mais acidenta²⁹. Portanto, a idéia de uma gramática geral ou filosófica não é de modo algum invalidada pelo progresso das pesquisas lingüísticas, embora não possamos mais ter esperanças de realizar uma gramática desse tipo pelos meios simples que foram

empregados nas tentativas anteriores. A fala humana deve cumprir não apenas uma tarefa lógica universal, mas também uma tarefa social que depende das condições sociais específicas da comunidade falante. Logo, não podemos esperar uma verdadeira identidade, uma correspondência um-a-um entre as formas gramaticais e as lógicas. Uma análise empírica e descritiva das formas gramaticais propõe a si mesma uma tarefa diferente e leva a outros resultados que a análise estrutural que é feita, por exemplo, na obra de Carnap sobre a sintaxe lógica da linguagem, *Logical Syntax of Language*.

3

Para encontrarmos o fio de Ariadne que possa guiar-nos através do labirinto complicado e desconcertante da fala humana, podemos proceder de duas maneiras. Podemos tentar encontrar uma ordem lógica e sistemática, ou uma ordem cronológica e genética. No segundo caso, tentamos remontar os idiomas individuais e os vários tipos lingüísticos a um estágio anterior comparativamente mais simples e amorfo. Muitas tentativas nesse sentido foram feitas por lingüistas do século XIX, quando se tornou corrente a opinião de que a fala humana, antes de alcançar sua forma presente, tivera de passar por um estado sem formas sintáticas ou morfológicas definidas. Originariamente, a linguagem era formada por elementos simples, raízes monossilábicas. O romantismo deu predileção a essa perspectiva. A. W. Schlegel propôs uma teoria segundo a qual a linguagem se desenvolveu a partir de um primeiro estágio amorfo, desorganizado. Desse estado, ela passou em uma ordem fixa para outros estágios mais avançados - os estágios isolante, aglutinante e flexional. As línguas flexionais, segundo Schlegel, são a última etapa dessa evolução; são as línguas realmente orgânicas. Na maior parte dos

casos, uma análise descritiva detalhada destruiu as provas nas quais essas teorias se baseavam. No caso do chinês, que costumava ser citado como exemplo de uma língua formada por raízes monossilábicas, foi possível demonstrar a probabilidade de que seu atual estado isolante tenha sido precedido por um estágio flexional mais antigo³⁰. Não conhecemos nenhuma língua desprovida de elementos formais ou estruturais, embora a expressão das relações formais, entre sujeito e objeto, entre atributo e predicado, varie amplamente de língua a língua. Sem forma, a linguagem tem não só a aparência de uma ideação histórica altamente questionável, mas de uma contradição em termos. As línguas das nações menos civilizadas de todas não são de modo algum carentes de forma; ao contrário, apresentam na maioria dos casos uma estrutura complicadíssima. A. Meillet, um lingüista moderno que possuía um conhecimento muito abrangente das línguas do mundo, declarou que nenhum idioma conhecido nos proporciona a mais mínima idéia do que poderá ter sido uma linguagem primitiva. Todas as formas da fala humana são perfeitas, no sentido de que conseguem expressar os sentimentos e pensamentos humanos de forma clara e apropriada. As línguas ditas primitivas são tão congruentes com as condições da civilização primitiva e com a tendência geral da mente primitiva quanto as nossas próprias línguas o são com os fins de nossa cultura requintada e sofisticada. Nas línguas da família bantu, por exemplo, cada substantivo pertence a uma classe distinta, e cada classe é caracterizada por um prefixo especial. Esses prefixos não aparecem só nos substantivos, mas devem ser repetidos, em concordância com um complicadíssimo sistema de acordos e congruências, em todas as demais partes da sentença que se refiram ao substantivo³¹.

A variedade dos idiomas individuais e a heterogeneidade dos tipos lingüísticos surgem sob uma luz totalmente diversa, segundo as vemos de um ponto de vista filosófico ou científico. O lingüista aprecia essa

variedade; mergulha no oceano da fala humana sem esperanças de sondar a sua verdadeira profundidade. A filosofia, em todas as épocas, moveu-se na direção contrária. Leibniz insistia que, sem uma *Characteristica generalis*, nunca chegaremos a uma *Scientia generalis*. A lógica simbólica moderna segue a mesma tendência. Mesmo que essa tarefa fosse realizada, uma filosofia da cultura humana teria ainda de enfrentar o mesmo problema. Em uma análise da cultura humana, devemos aceitar os fatos em sua forma concreta, em toda a sua diversidade e divergência. A filosofia da linguagem enfrenta aqui o mesmo dilema que aparece no estudo de toda forma simbólica. A mais alta tarefa de todas essas formas, na verdade a única, é unir os homens. Mas nenhuma delas pode causar tal unidade sem ao mesmo tempo dividir e separar os homens. O que fora concebido para garantir a harmonia das culturas torna-se a fonte das mais profundas discórdias e dissensões. Esta é a grande antinomia, a dialética da vida religiosa³². A mesma dialética é encontrada na fala humana. Sem a fala não haveria a comunidade dos homens. No entanto, não há obstáculo mais sério a essa comunidade que a diversidade da fala. O mito e a religião recusam-se a ver nessa diversidade um fato necessário e inevitável. Atribuem-na antes a uma falha ou culpa do homem que à constituição original deste ou à natureza das coisas. Em muitas mitologias encontramos analogias notáveis da história bíblica sobre a Torre de Babel. Mesmo nos tempos modernos, o homem sempre teve um profundo anseio pela Idade de Ouro em que a humanidade possuía ainda uma língua uniforme. Ele olha para o seu estado primevo como um paraíso perdido. O velho sonho de uma *lingua Adamica* - da língua "verdadeira" dos primeiros ancestrais do homem, uma língua que não consistia apenas em sinais convencionais, mas que expressava antes a própria natureza e essência das coisas - tampouco desapareceu totalmente, nem mesmo no domínio da filosofia. O problema dessa *lingua Adamica*

continuava a ser discutido com seriedade pelos místicos e pensadores filosóficos do século XVII³³.

Contudo, a verdadeira unidade da linguagem, se é que existe tal unidade, não pode ser substancial; deve antes ser definida como uma unidade funcional. Essa unidade não pressupõe uma identidade formal ou material. Duas línguas diferentes podem representar extremos opostos, tanto em relação aos seus sistemas fonéticos como aos seus sistemas de partes da fala. Isso não impede que cumpram a mesma tarefa na vida da comunidade que as fala. O que importa aqui não é a variedade de meios, mas sua adequação e coerência com o fim. Podemos achar que esse fim comum é atingido com maior perfeição em um tipo lingüístico que em outro. Até mesmo Humboldt, que, de maneira geral, abominava emitir juízos sobre o valor de idiomas particulares, considerava as línguas flexionais como uma espécie de exemplo e modelo de excelência. Para ele, a forma flexional era *die einzig gesetzmässige Form*, a única forma que é inteiramente coerente e segue regras estritas³⁴. Os lingüistas modernos preveniram-nos contra esse tipo de juízo. Dizem-nos que não temos qualquer padrão único e comum para estimar o valor dos tipos lingüísticos. Ao comparar tipos, pode parecer que um tem nítidas vantagens sobre o outro, mas uma análise mais cuidadosa convence-nos de que aqueles que chamamos de defeitos de um certo tipo podem ser compensados e equilibrados por outros méritos. Se quisermos entender a linguagem, declara Sapir, deveremos livrar nossa mente de valores preconcebidos, e acostumar-nos a olhar para o inglês e para o hotentote com o mesmo distanciamento frio, mas interessado³⁵.

Se fosse tarefa da fala humana copiar ou imitar a ordem dada ou pronta das coisas, seria difícil mantermos esse distanciamento. Não poderíamos evitar a conclusão de que, afinal, uma de duas cópias diferentes deve ser a melhor; que uma deve estar mais próxima, e a outra mais afastada, do original. No entanto, quando atribuímos à

fala um valor produtivo e construtivo, em vez de simplesmente reprodutivo, nosso juízo é bem diferente. Nesse caso, o que tem a máxima importância não é o "trabalho" da língua, e sim sua "energia". Para medir essa energia é preciso estudar o próprio processo lingüístico, em vez de simplesmente analisar o seu desfecho, seu produto e seus resultados finais.

Os psicólogos são unânimes em enfatizar que, sem uma compreensão da natureza da fala humana, nosso conhecimento acerca do desenvolvimento da mente humana continuaria sendo superficial e inadequado. Existe ainda, porém, uma considerável incerteza quanto aos métodos de uma psicologia da fala. Quer estejamos estudando os fenômenos em um laboratório psicológico ou fonético, quer nos apoiemos em métodos apenas introspectivos, derivamos invariavelmente a mesma impressão de que esses fenômenos são tão evanescentes e flutuantes que desafiam todos os esforços para estabilizá-los. Em que, então, consiste a diferença fundamental entre a atitude mental que podemos atribuir a uma criatura sem fala - um ser humano antes da aquisição da fala ou um animal - e o outro estado mental que caracteriza um adulto que dominou plenamente sua língua nativa?

Curiosamente, é mais fácil responder a essa pergunta com base nos exemplos anormais do desenvolvimento da fala. Nosso exame dos casos de Helen Keller e Laura Bridgman³⁶ ilustrou o fato de que, com o primeiro entendimento do simbolismo da fala, ocorre uma verdadeira revolução na vida da criança. A partir desse momento, toda a sua vida pessoal e intelectual assume uma forma inteiramente nova. De um modo geral, essa mudança pode ser descrita dizendo-se que a criança passa de um estado mais subjetivo para um estado objetivo, de uma atitude simplesmente emocional para uma atitude teórica. A mesma mudança pode ser observada na vida de qualquer criança normal, embora de maneira muito menos espetacular. A própria

criança tem um sentido claro do significado do novo instrumento para o seu desenvolvimento mental. Ela não se satisfaz em aprender de modo puramente receptivo, mas assume um papel ativo no processo da fala, que é ao mesmo tempo um processo de objetificação progressiva. As professoras de Helen Keller e Laura Bridgman descreveram-nos a avidez e a impaciência com que as duas crianças, uma vez entendido o uso dos nomes, perguntavam os nomes específicos de cada objeto ao seu redor³⁷. Esta é também uma característica geral do desenvolvimento normal da fala. "No início do vigésimo terceiro mês", diz D. R. Major, "a criança desenvolveu a mania de perambular dando nome às coisas, como se para dizer aos outros os nomes delas, ou para chamar a nossa atenção para as coisas que ela estava examinando. Ela olhava para uma coisa, apontava para ela ou a tocava, falava o nome dela e olhava para seus companheiros".³⁸ Tal atitude não seria compreensível não fosse pelo fato de que o nome, no desenvolvimento mental da criança, tem uma função de primeira importância a desempenhar. Se ao aprender a falar a criança tivesse apenas de aprender um certo vocabulário, se precisasse apenas imprimir em sua mente e em sua memória uma grande massa de sons artificiais e arbitrários, isso seria um processo puramente mecânico. Seria muito laborioso e cansativo, e exigiria um esforço consciente demasiado grande para que a criança o empreendesse sem uma certa relutância, visto que o que se espera que ela faça estaria inteiramente desligado de qualquer necessidade biológica real. A "fome de nomes" que a uma certa idade aparece em toda criança normal, e que foi descrita por todos os estudiosos de psicologia, prova o contrário³⁹. Lembra-nos que estamos aqui diante de um problema bem diferente. Ao aprender a dar nome às coisas, a criança não se limita a acrescentar uma lista de sinais artificiais ao seu conhecimento prévio de objetos empíricos prontos. Aprende antes a formar conceitos

desses objetos, a entrar em acordo com o mundo objetivo. A partir de então, a criança passa a estar em terreno mais firme. Suas percepções vagas, incertas e flutuantes e seus sentimentos confusos começam a assumir um novo aspecto. Pode-se dizer que eles se cristalizam em torno ao nome como um centro fixo, um foco para o pensamento. Sem a ajuda do nome, cada novo avanço feito no processo de objetificação correria sempre o risco de perder-se de novo no momento seguinte. Os primeiros nomes de que a criança faz uso podem ser comparados à bengala com que o cego tateia seu caminho. E a linguagem, como um todo, torna-se a porta para um novo mundo. Nela, todo progresso abre uma nova perspectiva, amplia e enriquece nossa experiência concreta. A avidez e o entusiasmo pela fala não têm origem em um simples desejo de aprender ou de usar nomes; marcam o desejo de descobrir e conquistar um mundo objetivo⁴⁰.

Ao aprender uma língua estrangeira, podemos ainda submeter-nos a uma experiência semelhante à da criança. Neste caso, não basta adquirir um novo vocabulário ou familiarizar-nos com um sistema de regras gramaticais abstratas. Tudo isso é necessário, mas é apenas o primeiro passo, e o menos importante. Se não aprendermos a pensar na nova língua, todos os nossos esforços terão sido inúteis. Na maioria dos casos achamos extremamente difícil fazer isso. Linguístas e psicólogos levantaram muitas vezes a questão de como é possível que uma criança, por seus próprios esforços, realize uma tarefa que nenhum adulto pode realizar do mesmo modo ou com a mesma perfeição. Talvez possamos responder se olharmos para a nossa análise anterior. Em um estágio posterior e mais avançado de nossa vida consciente, nunca podemos repetir os passos que nos levaram a entrar pela primeira vez no mundo da fala humana. No frescor, na agilidade e elasticidade da primeira infância, esse processo tinha um sentido totalmente diferente. Paradoxalmente, a dificuldade está muito menos em aprender a língua nova que em esquecer a antiga. Já

não estamos no estado mental da criança que se aproxima pela primeira vez da concepção de um mundo objetivo. Para o adulto, o mundo objetivo já tem uma forma definida como resultado da atividade da fala, que de certo modo moldou todas as nossas outras atividades. Nossas percepções, intuições e conceitos fundiram-se com os termos e formas discursivas da nossa língua nativa. São necessários grandes esforços para desatar os laços entre as palavras e as coisas. E no entanto, quando começamos a aprender uma língua nova, temos de fazer esse esforço e separar os dois elementos. Superar essa dificuldade sempre marca um novo passo importante no aprendizado de uma língua. Quando penetramos o "espírito" de uma língua estrangeira, temos invariavelmente a impressão de estar chegando a um mundo novo, um mundo com uma estrutura intelectual própria. É como uma viagem de descoberta em uma terra estrangeira, e a maior vantagem de uma viagem como essa é termos aprendido a olhar para a nossa língua nativa com outros olhos. "Wer fremde Sprachen nicht kennt, weiss nichts von seiner eigenen", disse Goethe⁴¹. Enquanto não conhecermos nenhuma língua estrangeira seremos de certo modo ignorantes acerca da nossa própria, pois não conseguiremos ver a sua estrutura específica e seus traços distintivos. Uma comparação de línguas diferentes mostra-nos que sinônimos exatos não existem. Termos correspondentes de duas línguas raramente fazem referência aos mesmos objetos e ações. Cobrem campos diferentes que se interpenetram e nos proporcionam visões multicoloridas e perspectivas variadas de nossa própria experiência.

Isso fica especialmente claro quando consideramos os métodos de classificação empregados em línguas diferentes, em particular nas de tipos lingüísticos diferentes. A classificação é um dos aspectos fundamentais da fala humana. O próprio ato de denominação depende de um processo de classificação. Dar um nome a um objeto ou ato é inclui-

lo em um certo conceito de classe. Se tal inclusão fosse prescrita de uma vez por todas pela natureza das coisas, ela seria única e uniforme. No entanto, os nomes que ocorrem na fala humana não podem ser interpretados dessa maneira invariável. Não são designados para referir-se a coisas substanciais, entidades que existem por si mesmas. São antes determinados pelos interesses e propósitos humanos. Mas esses interesses não são fixos e invariáveis. E as classificações que encontramos na fala humana tampouco são feitas ao acaso; são baseadas em certos elementos constantes e recorrentes de nossa experiência sensorial. Sem tais recorrências não haveria um suporte, um ponto de apoio, para os nossos conceitos lingüísticos. Mas a combinação ou a separação dos dados da percepção depende da livre escolha de uma estrutura de referência. Não há qualquer esquema rígido e preestabelecido segundo o qual nossas divisões e subdivisões possam ser feitas de uma vez por todas. Nem mesmo em línguas intimamente ligadas e concordantes em sua estrutura geral encontramos nomes idênticos. Tal como assinalou Humboldt, os termos grego e latino para a lua, embora se refiram ao mesmo objeto, não expressam a mesma intenção ou conceito. O termo grego (*mēn*) denota a função da lua de "medir" o tempo; o termo latino (*luna, luc-na*) denota a luminosidade ou brilho da lua. Desse modo, obviamente, isolamos e concentramos a atenção em dois aspectos bem diferentes do mesmo objeto. Mas o ato em si, o processo de concentração e condensação, é o mesmo. O nome de um objeto não tem qualquer direito sobre a sua natureza; não é concebido para ser *φύσει ὄν* para apresentar-nos a verdade de uma coisa. A função do nome limita-se sempre a enfatizar um aspecto particular de uma coisa, e é precisamente dessa restrição e dessa limitação que depende o valor do nome. Não é função de um nome

referir-se exaustivamente a uma situação concreta, mas apenas isolar um certo aspecto e deter-se nele. O isolamento desse aspecto não é um aspecto negativo, mas positivo, pois no ato de denominação selecionamos, da multiplicidade e difusão dos dados dos nossos sentidos, certos centros fixos de percepção. Esses centros não são os mesmos que os do pensamento lógico ou científico. Os termos da fala comum não podem ser medidos pelos mesmos padrões que aqueles com que expressamos conceitos científicos. Comparados com a terminologia científica, os termos da fala comum apresentam sempre um caráter um tanto vago; quase sem exceção, eles são tão indistintos e mal definidos que não resistem à prova da análise lógica. Mas, não obstante esse defeito inevitável e inerente, nossos termos e nomes cotidianos são os marcos de quilometragem da estrada que leva aos conceitos científicos; é nesses termos que recebemos nossa primeira visão objetiva ou teórica do mundo. Tal visão não é simplesmente "dada"; resulta de um esforço intelectual construtivo que não poderia alcançar seus fins sem a constante assistência da linguagem.

Tais fins, contudo, não serão alcançados em qualquer época dada. A ascensão a níveis mais altos de abstração, para nomes e idéias mais abrangentes e gerais, é uma tarefa difícil e laboriosa. A análise da linguagem fornece-nos uma rica abundância de materiais para o estudo do caráter dos processos mentais que finalmente levaram à realização dessa tarefa. A fala humana evolui a partir de um primeiro estado comparativamente concreto para um estado mais abstrato. Nossos primeiros nomes são concretos. Ligam-se à apreensão de fatos ou ações particulares. Todos os tons e matizes que encontramos em nossa experiência concreta são descritos minuciosamente e circunstancialmente, mas não são classificados em um gênero comum. Hammer-Purgstall escreveu um artigo em que enumera os vários nomes para camelo em árabe; contudo,

nenhum desses nomes nos dá um conceito biológico geral. Todos expressam detalhes concretos relativos à forma, ao tamanho, à idade e à andadura do animal⁴². Essas divisões ainda estão muito longe de qualquer classificação científica sistemática, mas servem a propósitos bem diferentes. Em muitas línguas de tribos nativas americanas encontramos uma espantosa variedade de termos para uma ação particular, por exemplo para andar ou bater. Tais termos têm entre si uma relação mais de justaposição que de subordinação. Um golpe dado com o punho não pode ser descrito com o mesmo termo que serve para um golpe com a palma da mão, e um golpe com uma arma exige um nome diferente que outro com um látigo ou um bastão⁴³. Em sua descrição da língua bakairi – falada por uma tribo indígena do Brasil central - Karl von den Steinen relata que cada espécie de papagaio e de palmeira tem seu nome individual, mas que não existe nome algum para expressar o gênero "papagaio" ou "palmeira". "Os bakairi", afirma ele, "apegam-se de tal modo às numerosas noções particulares que não se interessam pelas características comuns. Estão imersos na abundância de material, e não conseguem administrá-lo economicamente. Têm apenas dinheiro trocado, mas pode-se dizer que nisso eles são excessivamente ricos, e não pobres."⁴⁴ Na verdade, não existe qualquer medida uniforme para a riqueza ou pobreza de um idioma. Cada classificação é dirigida e ditada por necessidades especiais, e é claro que essas necessidades variam de acordo com as condições diferentes da vida social e cultural do homem. Na vida primitiva, o interesse pelo aspecto concreto e particular das coisas predomina necessariamente. A fala humana sempre se conforma a certas formas de vida humana, e é por elas mensurável. Um interesse por meros "universais" não é nem possível, nem necessário, em uma tribo indígena. É bastante, e mais importante, distinguir os objetos segundo certas características visíveis e palpáveis. Em muitas línguas,

uma coisa redonda não pode ser tratada da mesma maneira que uma coisa quadrada ou oblonga, pois pertencem a gêneros diferentes que devem ser diferenciados por meios lingüísticos especiais, tais como o uso de prefixos. Em algumas línguas da família bantu encontramos não menos de vinte classes de gênero para os substantivos. Em línguas das tribos nativas americanas, como por exemplo no algonquino, alguns objetos pertencem a um gênero animado, outros a um gênero inanimado. Mesmo neste caso é fácil entender isso, e também por que essa distinção, do ponto de vista da mente primitiva, deve parecer de particular interesse e vital importância. Trata-se de fato de uma diferença muito mais característica e notável que a que é expressada em nossos nomes abstratos de classes lógicas. A mesma passagem lenta dos nomes concretos para os abstratos também pode ser estudada na denominação das qualidades das coisas. Em muitas línguas encontramos uma abundância de nomes para as cores. Cada tom individual de uma determinada cor tem seu nome especial, enquanto os nossos termos gerais - azul, verde, vermelho e assim por diante - não existem. Os nomes das cores variam de acordo com a natureza dos objetos: uma palavra para cinzento pode ser usada, por exemplo, para falar de lã ou de gansos, outra para cavalos, outra para o gado e outra ainda para falar dos pêlos de um homem ou de certos animais⁴⁵. O mesmo vale para a categoria do número: numerais diferentes são necessários para enumerar classes diferentes de objetos⁴⁶. A ascensão para os conceitos e as categorias universais parece ser, portanto, muito lenta no desenvolvimento da fala humana; mas cada novo avanço nessa direção leva a um reconhecimento mais abrangente, a uma melhor orientação e organização do nosso mundo perceptual.

NOTAS

¹ F. Max Müller, *Contributions to the Science of Mythology* (Londres, Longmans, Green & Co., 1897), I, 68 s., e *Lectures on the Science of Religion* (Nova York, Charles Scribner's Sons, 1893), pp. 118 s.

² Ver acima, Cap. VII, pp. 137-144.

³ Ver C.K. Ogden e I.A. Richards, *The Meaning of Meaning* (1923; 5ª edição, Nova York, 1938).

⁴ Empédocles, Fragmento 335. Ver John Burnet, *Early Greek Philosophy* (Londres e Edimburgo, A. & C. Black, 1892), Livro II, p. 232.

⁵ Cf. A.F. Pott, *Etymologische Forschungen aus dem Gebiete der indogermanischen Sprachen* (1833 ss.).

⁶ Ver August Schleicher, *Die Darwin'sche Theorie und die Sprachwissenschaft* (Weimar, 1873).

⁷ Ver os pontos de vista de W. Koehler e G. Révész citados acima, Cap. III, pp. 54-55.

⁸ Esta teoria foi proposta pela primeira vez por Jespersen em *Progress in Language* (Londres, 1894). Ver também, do mesmo autor, *Language, Its Nature, Development and Origin* (Londres e Nova York, 1922), pp. 418, 437 ss.

⁹ Grace de Laguna, *Speech. Its Function and Development* (New Haven, Yale University Press, 1927), pp. 260 s.

¹⁰ Alan H. Gardiner, *The Theory of Speech and Language* (Oxford, 1932), pp. 118 s.

¹¹ Hermann Paul, *Prinzipien der Sprachgeschichte* (Halle, 1880), cap. i. Tradução para o inglês de H.A. Strong (Londres, 1889).

¹² Bloomfield, *Language* (Nova York, Holt & Co., 1933), pp. 17 ss.

¹³ Berlim (1836-39). Ver *Gesammelte Schriften*, de Humboldt (Academia de Berlim), Vol. VII, Parte I.

¹⁴ Humboldt, *op. cit.*, pp. 46 s. Um relato mais detalhado da teoria de Humboldt é apresentado no meu *Philosophie der symbolischen Formen*, I, 98 ss.

¹⁵ Ver, por exemplo, Jespersen, *The Philosophy of Grammar* (Nova York, Holt & Co., 1924), pp. 30 s.

¹⁶ Ver J.B.S. Haldane, *The Causes of Evolution* (Nova York e Londres, 1932).

¹⁷ Ver as conferências de Ferdinand de Saussure publicadas postumamente sob o título *Cours de linguistique générale* (1915; 2ª edição, Paris, 1922).

¹⁸ Über die Sprache und Weisheit der Inder (1808).

¹⁹ Este programa, por exemplo, foi desenvolvido por H. Osthoff e K. Brugmann em *Morphologische Untersuchungen* (Leipzig, 1878). Para mais detalhes, ver Bloomfield, *op. cit.*, caps. i, xx, xxi.

²⁰ V. Bröndal, "Structure et variabilité des systèmes morphologiques", *Scientia* (Agosto, 1935), p. 119. Para uma explanação detalhada dos problemas e métodos do estruturalismo lingüístico moderno, ver os artigos publicados em *Travaux du Cercle Linguistique de Prague* (1929 ss.); em especial H.F. Pos, "Perspectives du structuralisme", *Travaux* (1929), pp. 71 ss. Um estudo geral da história do estruturalismo foi apresentado por Roman Jakobson em "La scuola linguistica di Praga", *La cultura* (Anno XII), pp. 633 ss.

²¹ Tanto quanto eu saiba, dentre as línguas indo-européias o sueco é a única em que a altura do tom ou o acento tem um sentido semântico definido. Em algumas palavras suecas, o sentido pode ser completamente alterado pelo tom agudo ou grave do som.

²² Para mais detalhes, ver Bloomfield, *op. cit.*, em especial os caps. V e VI.

²³ Sapir, *Language*, p. 220. Sobre a diferença entre "fonética" e "fonologia", ver Trubetzkoy, "La phonologie actuelle", em *Journal de psychologie* (Paris, 1933), Vol. XXX. Segundo Trubetzkoy, a tarefa da fonética é estudar os fatores materiais dos sons da fala humana, as vibrações do ar correspondentes aos diferentes sons ou movimentos produtores de sons da pessoa que fala. A fonologia, em vez de estudar os sons físicos, estuda os "fonemas", isto é, os elementos constitutivos do sentido lingüístico. Do ponto de vista da fonologia, o som é apenas o "símbolo material do fonema". O próprio fonema é "imaterial", visto que o sentido não pode ser descrito nos termos da física ou da fisiologia.

²⁴ O parágrafo seguinte é baseado no meu artigo, "The Influence of Language upon the Development of Scientific Thought", *Journal of Philosophy*, XXXIX, n.º 12 (junho de 1942), 309-327.

²⁵ Ver F. Brunot, *La pensée et la langue* (Paris, 1922).

²⁶ Para mais detalhes, ver Bloomfield, *op. cit.*, pp. 6 ss., e Sapir, *op. cit.*; pp. 124 ss.

²⁷ Ver, por exemplo, Vendryès, *Le langage* (Paris, 1922), p. 193.

²⁸ Ver Hjelmstev, *Principes de grammaire générale* (Copenhague, 1928), Bröndal, *Ordklasserne* (Résumé: Les parties du discours, partes orationis, Copenhague, 1928).

²⁹ Sapir, *op. cit.*, pp. 124 ss.

³⁰ Ver B. Karlgren, "Le Proto-Chinois, langue flexionelle", *Journal asiatique* (1902).

³¹ Para mais detalhes, ver C. Meinhof, *Grundzüge einer vergleichenden Grammatik der Bantu-Sprachen* (Berlim, 1906).

³² Ver acima, Cap. VII, pp. 121-122.

³³ Ver, por exemplo, Leibniz, *Nouveaux essais sur l'entendement humain*. Livro III, capo ii.

³⁴ Humboldt, *op. cit.*, VII, Parte II, 162.

³⁵ Sapir, *op. cit.*, p. 130.

³⁶ Ver acima, Cap. III, pp. 59-67.

³⁷ Ver acima, Cap. III, pp. 61-62.

³⁸ David R. Major, *First Steps in Mental Growth* (Nova York, Macmillan, 1906), pp. 321 s.

³⁹ Ver, por exemplo, Clara e William Stern, *Die Kindersprache* (Leipzig, 1907), pp. 175 ss.

⁴⁰ Para uma discussão mais detalhada deste problema, ver Cassirer, "Le langage et la construction du monde des objets", *Journal de psychologie*, XXX^e Année (1933), pp. 18-44.

⁴¹ Goethe, *Sprüche in Prosa*, "Werke", XLII, Parte II, 118.

⁴² Ver Hammer-Purgstall, Academia de Viena, Classe histórico-filosófica, Vols. VI e VII (1855 s.)

⁴³ Para mais detalhes, ver Cassirer, *Philosophie der symbolischen Formen*, I, 257 ss.

⁴⁴ K. von den Steinen, *Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens*, p. 81.

⁴⁵ Ver os exemplos apresentados em Jespersen, *Language*, p. 429.

⁴⁶ Para mais detalhes, ver Cassirer, *Philosophie der symbolischen Formen*, I, 188 ss.